



B5-489 Desafios de uma cooperativa de mulheres produtoras de plantas medicinais em assentamento no interior de São Paulo, Brasil

Anna Carolina Santana da Silva, Instituto Giramundo Mutuando e Articulação Paulista de Agroecologia – anna@mutuando.org.br ;
Clara Ribeiro Camargo, Instituto Giramundo Mutuando e Articulação Paulista de Agroecologia – clara@mutuando.org.br ;
Beatriz Stamato, Instituto Giramundo – bia@mutuando.org.br ,
Patricia Apolinario, Cooperativa de Produção de Plantas Medicinais – Coopplantas – patifloresta@hotmail.com .

Resumo

A gestão coletiva está entre os principais desafios em grupos, associações ou outros empreendimentos econômicos solidários (EES). Essa experiência acompanhou entre 2014 e 2015, durante 12 meses um coletivo de mulheres produtoras de plantas medicinais. Localizada no interior de São Paulo, Brasil, é composto por 32 mulheres e tem uma importante atuação no cenário de grupos feministas no país porém ainda encontram dificuldades na gestão e comercialização. O objetivo desse estudo foi investigar possíveis causas com o uso de diagnósticos participativos. Algumas hipóteses foram confirmadas como falta de governança coletiva de projetos e parcerias externos e foco na produção com pouca organização do trabalho para a comercialização. Por outro lado emergiu fatos não percebidos até então como a participação de cooperadas em espaços feministas da rede de agroecologia para empoderamento do trabalho trazendo acúmulos importantes para outras mulheres com relação gestão, feminismo e agroecologia.

Palavras chave: economia solidária; gestão democrática; diagnóstico participativo

Descrição da experiência

A experiência de trabalho da Cooperativa de Produção de Plantas Medicinais (Coopplantas) é fruto de uma parceria existente entre a referida cooperativa e o Instituto Giramundo Mutuando, uma organização não governamental que presta serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural Agroecológica nas regiões centro e sudoeste do estado de São Paulo, Brasil. Desde 2004 este trabalho é financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Atualmente, este recurso advém do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.

Este relato de experiência tem por foco a Coopplantas, buscando discutir, portanto, quais são os principais desafios e as principais conquistas da cooperativa. Para isso, é fundamental resgatar o histórico da organização.

O coletivo de Mulheres do Assentamento Fazenda Pirituba II foi constituído em 1996 com o objetivo de atender a demanda em saúde das famílias assentadas da região, assim como para debater questões relativas a gênero e bem-estar. Desde aquela época, o grupo destaca-se pelos vários serviços sociais oferecidos à população, tanto na área de saúde, pela produção e conhecimento das plantas medicinais, quanto de educação, como, por exemplo, a participação ativa dessas mulheres nas Cirandas, espaços dedicados às crianças.

O Coletivo de Mulheres, formalizado em 2010 como Cooperativa de Produção de Plantas Medicinais – COOPLANTAS, produz hortaliças e plantas medicinais em hortas comunitárias



e domésticas sob manejo agroecológico para atendimento de necessidades básicas de saúde da população rural, ao longo dos seus 19 anos de atuação.

A COOPLANTAS desenvolve atividades no Assentamento Pirituba localizado entre Itaberá e Itapeva, municípios localizados no sudoeste do estado de São Paulo, no sentido de resgatar e fortalecer a agricultura familiar possibilitando melhor qualidade de vida às famílias na lógica da transição agroecológica. Seu trabalho se concentra em resgatar e difundir os conhecimentos da medicina popular, bem como preservar e multiplicar os recursos genéticos da flora com propriedades medicinais. Neste sentido, seu público alvo é composto por famílias rurais do assentamento, consumidores de feiras agroecológicas e futuramente usuários do sistema público de saúde.

O trabalho é organizado em setores e a remuneração é realizada por horas trabalhadas. O grupo envolve 32 mulheres que trabalham em 15 hectares. Após a colheita as plantas medicinais são higienizadas, selecionadas e levadas para a 'Farmacinha', onde são transformadas em pomadas, tinturas, sabonetes, xampus ou desidratadas para vendas por atacado. Os legumes e verduras, por sua vez, já foram comercializados no Programa Aquisição de Alimentos (PAA), no próprio assentamento e em feiras livres. Entretanto, hoje em dia, a escassez de mão-de-obra e a burocracia tem dificultado o acesso aos programas governamentais de compras de alimentos.

Atualmente, a cooperativa foca sua atuação na produção e beneficiamento de plantas medicinais, mas também realiza cursos, dias de campo, mutirões, visitas técnicas e trocas de experiências entre agricultores (as) do território do estado de São Paulo com o objetivo de sensibilizar essas pessoas para conceitos e práticas da agroecologia. Essas ações, em geral, são realizadas em rede com outras organizações que compõem a Articulação Paulista de Agroecologia (APA) e a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). Outro espaço bastante explorado pela Coopplantas é a participação em fóruns e debates técnicos na ótica das plantas medicinais e fitoterápicos, como por exemplo, o XI Workshop de Plantas Medicinais realizado na Unesp, campus Botucatu, em 2014 e o Simpósio de Arranjos Produtivos Locais de Plantas Medicinais, ocorrido no mesmo município e ano.

Ao longo dos anos, a Coopplantas vem recebendo apoio de projetos de apoio à produção agrícola de base ecológica, beneficiamento e produção de fitoterápicos, assim como boas práticas vinculadas a esses processos produtivos. Porém a cooperativa ainda não consegue se auto-sustentar com as vendas dos produtos, pois a renda advinda com a comercialização destes não é significativa. O que acarreta insegurança econômica e alta rotatividade na cooperativa. Nota-se dessa forma que, neste momento, é importante focar na melhoria das práticas de gestão, comercialização, marketing, certificação, precificação, entre outras atividades que ajudem a escoar a produção.

No ano de 2014, foram realizados 3 Diagnósticos Participativos com o objetivo de identificar as principais dificuldades da cooperativa, assim como compreender os rumos que as cooperadas pretendiam tomar. Para além deste momento específico de reflexão coletiva, a construção de vínculo entre técnicas e agricultoras permitiu a continuidade desse diagnóstico ao longo das demais atividades, como planejamento, capacitações, cursos, participações em feiras de sementes, entre outras, possibilitando uma visão mais geral e profunda das principais questões que assolam a cooperativa.



Resultados e Análises

Diante desse processo de acompanhamento e diagnósticos os principais resultados encontrados e debatidos com as cooperadas foram:

- A comercialização e a administração estão comprometidas, pois o foco da cooperativa está na produção, o que também gera um acúmulo de muitas funções
- Dificuldade na gestão e organização do trabalho com tantos parceiros, projetos e alta demanda na produção carretando em dependência externa;
- Centralização de tomada de decisões em liderança por inaptidão declarada das outras cooperadas, maior afinidade com produção causando sobreposição de atividades na diretoria
- A presença de parceiros especializados na produção e manejo agroecológico de plantas medicinais permitiu acessar uma série de recursos via projetos, como a estrutura da farmácia, equipamentos e suplementos agrícolas e capacitações especializadas.
- A participação em intercâmbios e formações de outras cooperadas nos movimentos da agroecologia e biodinâmica profissionalizou o trabalho ao conhecer outras realidades
- A inserção no movimento feminista empoderou mais o grupo com a causa feminista e econômica do empreendimento econômico solidário (EES).
- Esses diagnósticos foram importantes para elas perceberem as fragilidades do EES e com isso a construção de novos caminhos para organização do trabalho ainda que seja com apoio externo.

Essas questões nos trazem uma série de reflexões e análises a serem feitas e que foram percebidas também por teóricos preocupados com a gestão de bens comuns, como Elinor Ostrom. Para esta autora, nós precisamos entender como o contexto institucional, cultural e biofísico afeta os tipos de indivíduos que são recrutados ou deixam situações particulares de ação coletiva, o tipo de informação disponível sobre as ações do passado e como os próprios indivíduos podem alterar as variáveis estruturais a fim de melhorar as normas e sua utilização e se fortalecerem enquanto comunidade. De acordo com a autora, o aumento da autoridade destes indivíduos para criar suas próprias normas permite a evolução das normas sociais e, assim, aumenta a possibilidades dos indivíduos solucionarem melhor seus problemas de ação coletiva. É neste sentido que ela observou que a cooperação imposta por uma terceira parte externa à comunidade tende a se dissipar, especialmente em um contexto onde há comunicação entre as partes.

Isso não significa que não seja importante a participação de membros externos à comunidade, como os técnicos de ONGs e do Estado, mas que as respostas aos problemas devem ser consensuados pela própria comunidade a fim de garantir que as ações sejam implementadas de fato por quem atua no local. De acordo com Ostrom, as normas sociais compartilhadas que geram monitoramento coletivo e a possibilidade de sanção às não conformidades pelos próprios usuários das normas tendem a gerar mais cooperação entre os agentes.

Ao analisar uma série de cooperativas, associações ou mesmo grupos informais que trabalham coletivamente, Ostrom sistematizou e apontou alguns pontos em comum a esses grupos que perduram ao longo do tempo, aos quais intitulou de princípios de gestão de um bem comum. São eles: o estabelecimento de limites claros (especialmente dos recursos como terra e água); estabelecimento de regras de apropriação e fornecimento coerentes com o contexto local – quem pode usar o que e como; facilitação dos processos de escolha coletivos; supervisão coletiva, de preferência com encontros presenciais; a existência de



sanções graduais para quem não coopera; o reconhecimento mínimo dos direitos de organização.

A partir dessa leitura, percebemos que o empoderamento gerado por meio da participação, nas capacitações da Articulação Nacional de Agroecologia e experiências de outros nós da rede de agroecologia baseadas na Economia Feminista tem trazido a preocupação em construir relações mais horizontais para as tomadas de decisão o que gera maior comprometimento de algumas cooperadas e a tendência dos acordos serem colocados em prática com maior facilidade. Além de se perceberem enquanto mulheres e a invisibilidade de seus trabalhos. Demonstrando outros motivos para além de econômicos a participação delas.

Em seu trabalho, Mascarenhas defende que os métodos participativos compartilham desses princípios, assim como a educação popular, que também busca um projeto de desenvolvimento da sociedade a partir da participação efetiva dos envolvidos, que refletem e recriam a própria prática, assumindo-se como sujeitos de sua história. Essa transformação dos sujeitos ocorre por meio de um processo educativo, em que as pessoas aprendem a se colocar de outra forma no mundo. Os diagnósticos elaborados juntos com elas percebemos a importância de empenho para fortalecimento da governança democrática assim a diminuindo a dependência de agentes externos e dificuldade em gerar renda com constância com aprimoramento da comercialização da produção.

Referências bibliográficas

- MASCARENHAS, T. O caráter educativo da economia solidária: o caminho do desenvolvimento como liberdade a partir da experiência da Cooperafis. Dissertação(mestrado) Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2010
- OSTROM, E. Diseños complejos para manejos complejos. Gaceta Ecológica, Secretaría de Medio Ambiente y Recursos Naturales, número 054, 2007.